

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.540.576 - RJ (2019/0201551-3)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE : CARLOS EDUARDO MERCEDES**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**AGRAVADO : JACY TEIXEIRA DA PAIXAO - ESPÓLIO**  
**REPR. POR : DELIZETTE MARIANA FERREIA DA PAIXAO -**  
**INVENTARIANTE**  
**ADVOGADO : SOLANGE DE PAIVA BAPTISTA - RJ025806**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA DE ALUGUÉIS E RESCISÃO CONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de despejo cumulada com cobrança de aluguéis e rescisão contratual.
2. A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial.
3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.
4. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
5. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por CARLOS EDUARDO MERCEDES, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na(s) alínea(s) "a" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em: 14/11/2018.**

**Concluso ao gabinete em: 10/09/2019.**

**Ação:** despejo cumulada com cobrança de aluguéis e rescisão contratual, ajuizada por ESPÓLIO DE JACY TEIXEIRA DA PAIXÃO, em face

# *Superior Tribunal de Justiça*

do agravante.

**Sentença:** julgou procedente o pedido, para condenar o agravante ao pagamento dos aluguéis e encargos vencidos desde agosto de 2010 até a data da imissão na posse, quer seja, 05/08/2013, descontados os valores referentes à água que foram efetivamente comprovados. Indeferiu o pedido de gratuidade da justiça formulado pelo agravante, por não ter sido instruído adequadamente.

**Acórdão:** manteve a decisão unipessoal do Relator que negou provimento à apelação interposta pelo agravante, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. ARTIGO 1.021 DO NCPC, EIS QUE INTERPOSTO 21/08/2016.

AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA. PEDIDO DE DESPEJO PREJUDICADO, IMISSÃO NA POSSE DO IMÓVEL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE COBRANÇA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INDEFERIMENTO EM SENTENÇA. IRRESIGNAÇÃO RECURSAL DO RÉU. APRECIACÃO. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO DEMONSTRADA.

DECISÃO UNIPESSOAL QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO.

PRETENSÃO DE RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO UNIPESSOAL, OU, EM ASSIM NÃO SENDO, QUE A DISCUSSÃO SEJA LEVADA AO COLEGIADO, SOB O ARGUMENTO DE SER PESSOA HIPOSSUFICIENTE, CONFORME DECLARAÇÃO INSERTA NO CORPO DA CONTESTAÇÃO, QUE CONTÉM SUA ASSINTURA EM TODAS AS VIAS E PELO SEU PERFIL PROFISSIONAL DE CARRETEIRO, BEM COMO LOCAL DE RESIDÊNCIA.

Comprovação de hipossuficiência desponta como condição do exercício do direito à gratuidade, inclusive, a referida demonstração decorre do próprio texto constitucional, consoante se verifica na dicção do artigo 50, LXXIV da CRBF.

Necessidade do requerente do benefício comprovar a insuficiência de recursos para obter a assistência jurídica integral e gratuita.

Entendimento consolidado no STJ que a presunção acerca do estado de pobreza tem natureza relativa e, assim sendo, o magistrado está autorizado a indeferir o pedido de assistência se não encontrar elementos que comprovem a hipossuficiência do requerente.

Inteligência do Enunciado 39 da Súmula deste Tribunal de Justiça.

Precedentes.

DESPROVIMENTO DO RECURSO.

# *Superior Tribunal de Justiça*

**Embargos de Declaração:** opostos pelo agravante, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 2º, caput e parágrafo único, e 4º, §1º, da Lei 1.060/50 e 489, §1º, IV, e 1.022 do CPC/15. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta que: i) a simples afirmação é suficiente ao deferimento da gratuidade de justiça, a qual gera uma presunção de hipossuficiência; ii) na hipótese de dúvida sobre a veracidade da afirmação, deve o juiz determinar a produção de prova sobre a hipossuficiência e não simplesmente inferir o pedido da gratuidade.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

**Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

**- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015**

A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 284/STF.

**- Da violação do art. 489 do CPC/2015**

O acórdão recorrido foi claro ao manter o indeferimento da gratuidade da justiça. Fundamentou que não houve por parte do agravante a preocupação de trazer aos autos nem mesmo a declaração de sua miserabilidade jurídica, bem como nenhum documento que demonstre cabalmente sua situação de hipossuficiência, o único documento refere-se ao período de 15/01/2007 a 31/01/2007.

Dessa maneira, foram devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional.

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que inexistente afronta ao art. 489 do CPC/15 quando o órgão julgador se pronuncia de forma clara e suficiente acerca das questões suscitadas nos autos, não havendo necessidade de se construir textos longos e individualizados para rebater uma a uma cada argumentação, quando é possível aferir, sem esforço, que a fundamentação não

# *Superior Tribunal de Justiça*

é genérica (AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/2/2018; e AgInt no REsp 1.683.290/RO, 3ª Turma, DJe de 23/2/2018).

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto, a Súmula 568/STJ.

## **- Do reexame de fatos e provas**

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à ausência de comprovação da hipossuficiência para deferimento de gratuidade da justiça, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 10% sobre o valor da condenação (e-STJ fl. 74) para 11%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora